



Cláusula Décima Sexta: Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação peita ou suborno, concussão peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, outrossim, declaram que não estão condenados por nenhum crime, cuja pena vede o exercício de administração de sociedade empresária.

Cláusula Décima Sétima – O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá notificar o outro, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e seus haveres lhe serão pagos, após o levantamento do balanço geral da sociedade específico para esse fim.

Cláusula Décima Oitava – Os casos omissos neste contrato serão regidos pela Lei 6404/76 (Lei das S/A) com as alterações posteriores, e demais disposições legais aplicáveis.

Cláusula Décima Nona – Fica o foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste contrato.

